



AD'ORO S.A.
CNPJ nº 60.037.058.0001-31
Demonstrações Financeiras para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de reais - R\$, exceto lucro por ação)

Relatório da administração

Senhores Acionistas, Em obediência às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Resultado do Exercício, das Mutações nas Contas do Patrimônio Líquido e da Demonstração do Fluxo de Caixa, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis, relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2021. **PERFIL CORPORATIVO A AD'ORO S.A.** foi constituída em 13/02/1989 por meio de Assembleia Geral Extraordinária registrada na JUCESP (Junta Comercial do Estado de São Paulo), em 13/02/1989, sob registro NIRE Nº 35.208.447.481, como Empresa Anônima de Capital Fechado, onde formalizou pelo Anexo - I sua regulamentação por meio de Estatuto Social. Posteriormente foi inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas pelo CNPJ (MF) 60.037.058/0001-31, ativa desde 14/02/1989, no Estado de São Paulo pela inscrição estadual nº 112.532.990.113 em 13/02/1989 e no município de Várzea Paulista pela inscrição municipal nº 9.631.436-2 em 13/02/1989. **ADMINISTRAÇÃO** A Empresa é administrada por (dois) diretores, acionistas, residentes no país: Caio Luffalla e Márcio Luffalla, por tempo indeterminado de mandato da diretoria executiva. **GOVERNANÇA CORPORATIVA** A AD'ORO se norteia por práticas de Governança Corporativa e pelo respeito ao meio ambiente, visando o desenvolvimento sustentável do seu modelo de negócios. Nesse sentido, rege-se pela transparência e pela ampla divulgação de suas informações, pelo respeito ao meio ambiente e comprometimento com o desenvolvimento social das comunidades onde está inserida. **DIRETORIA EXECUTIVA** De acordo com o Estatuto Social da AD'ORO S.A., sua Diretoria Executiva é composta por até 2 membros eleitos pela assembleia de acionistas. **COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA E QUADRO**

SOCIETÁRIO Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da AD'ORO S.A., totalmente integralizado, era de R\$35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais), dividido em R\$35.000.000,00 (trinta e cinco milhões) de ações ordinárias no valor nominal de R\$1,00 (um real) por ação. **RECURSOS HUMANOS** A AD'ORO S.A. finalizou o ano de 2021 com um quadro de 2.375 (dois mil trezentos e setenta e cinco) colaboradores, um ativo intangível fundamental para seu sucesso empresarial, altamente qualificada para a atividade operacional da empresa, sendo que estão representados em 90% (noventa por cento) na atividade produtiva e 10% (dez por cento) nas demais atividades. **AGRADECIMENTOS** A Administração da AD'ORO S.A. expressa seus sinceros agradecimentos a todos aqueles que contribuíram para que a Empresa atingisse seus objetivos em 2021, no setor em que atua. Assim sendo, reconhecemos a confiança depositada por nossos acionistas, o empenho e a competência de nossos colaboradores, o apoio de nossos clientes, fornecedores e demais parceiros. **AUDITORES INDEPENDENTES** Em atendimento à instrução CVM nº 381/2003, e de acordo com seu teor, informamos que a DELOITTE TOUCHE TOHMATSU AUDITORES INDEPENDENTES LTDA, presta serviços de auditoria externa para a AD'ORO S.A., relacionados ao exame das demonstrações financeiras, e que não realizou nenhum outro serviço para a Empresa no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com internacionalmente aceitos, ou seja, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem critérios exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover interesses deste. Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários. Várzea Paulista, 7 de junho de 2022 A ADMINISTRAÇÃO

Balancos Patrimoniais

ATIVO	31/12/2021		31/12/2020	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
CIRCULANTE				
Caixa e equivalente de caixa	33.166	30.367		
Aplicações Financeiras	32.446	22.991		
Contas a receber	92.907	62.525		
Contas a receber - Partes Relacionadas	1.254	15.378		
Estoques	66.714	41.858		
Ativos biológicos	66.460	58.237		
Impostos a recuperar	88.605	89.728		
Adiantamentos	13.922	16.078		
Créditos diversos	277	241		
Despesas antecipadas	707	402		
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	396.459	337.806		
NÃO CIRCULANTE				
Depósitos judiciais	132	114		
Títulos a receber	-	21		
Impostos a recuperar	75.180	44.209		
Ativo Biológico	21.653	-		
Imobilizado - líquido	77.735	62.230		
Ativos de Direito de Uso	22.662	-		
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	197.362	106.574		
TOTAL DO ATIVO	593.821	444.380		

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Social		Reserva Legal		Reserva de Lucros		Reserva Incentivos Fiscais		Ouros Resultados Abrangentes		Patrimônio líquido	
	Integralizado	Adto Futuro	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Reserva Incentivos Fiscais	Reserva Incentivos Fiscais	Ouros Resultados Abrangentes	Resultados Acumulados	Patrimônio líquido			
Saldo final em 31 de dezembro de 2019	35.000	-	-	1	200.004	-	3.606	-	58.602	238.611	58.602	58.602
Lucro líquido do exercício	-	-	-	58.602	-	-	-	-	58.602	-	58.602	58.602
Transferência para reserva de lucros	-	-	-	(7.000)	-	-	-	-	(58.602)	-	-	-
Transferência para reserva legal	-	-	7.000	(7.000)	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva para incentivos fiscais	-	-	-	(96.295)	96.295	-	-	-	-	-	-	-
Absorção prejuízo pela reserva de incentivos fiscais	-	-	-	44.693	(44.693)	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre acordo de recuperação judicial	-	-	-	-	-	-	(1.272)	-	-	-	(1.272)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	58.602	-	58.602	58.602	58.602
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	35.000	-	7.000	1	251.606	-	2.334	-	83.123	295.941	83.123	83.123
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	83.123	-	83.123	83.123
Transferência para reserva de lucros	-	-	-	83.123	-	-	-	-	(83.123)	-	-	-
Transferência para reserva legal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva para incentivos fiscais	-	-	-	(115.002)	115.002	-	-	-	-	-	-	-
Absorção prejuízo pela reserva de incentivos fiscais	-	-	-	31.879	(31.879)	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre acordo de recuperação judicial	-	-	-	-	-	-	(1.167)	-	-	-	1.167	1.167
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	35.000	-	7.000	-	334.729	-	1.167	-	377.897	-	377.897	377.897

Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Financeiras

À Administração da Ad'oro S/A Opinião com ressalva Examinamos as demonstrações financeiras da Ad'oro S/A ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos e possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir na seção intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ad'oro S/A em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião com ressalva Normas contábeis não adotadas pela Companhia A Companhia possui contratos de arrendamento incluindo com partes relacionadas, entretanto, não foi realizada a avaliação não foi realizada a avaliação e o registro contábil dessas transações, conforme o pronunciamento técnico CPC 06 (R2) - Arrendamentos em suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020, ou seja, (i) a Companhia não apurou os impactos relacionados a essas operações de arrendamentos de ativos de longo prazo em que figuraria como arrendadora e/ou como arrendatária; (ii) Não alocou as beneficiárias de imóveis conforme os contratos de arrendamento. Como consequência, não foi possível concluir se a aplicação integral desta norma geraria ou não distorções relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS Conforme descrito na nota explicativa n° 8, no exercício de 2019 a Companhia obteve decisão favorável em trânsito em julgado que determinou a exclusão do ICMS da base de cálculo do Programa de Integração Social PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social COFINS para a Companhia tal decisão compreende o período de apuração dos referidos tributos de 2002 a 2017. Como consequência desse trânsito em julgado, os direitos decorrentes de tais ações deixaram de representar ativos contingentes naquele exercício (2019), entretanto, a Administração da Companhia não procedeu o reconhecimento contábil dos créditos. A Companhia afirma que ainda não dispunha de informações suficientes para realizar uma estimativa confiável do total do montante recuperável de créditos relativos ao período de apuração acima descrito. Durante o exercício de 2020, a Companhia evidenciou esforços para concluir os cálculos e reconhecer o montante de R\$ 30.480 mil. Consequentemente, o resultado de 31 de dezembro de 2020 da companhia está superavaliado em R\$ 30.480 mil, sendo R\$ 15.013 mil de principal na rubrica de outras receitas operacionais e R\$ 15.467 mil na rubrica de receitas financeiras. 2 Análise de Recuperabilidade do Imposto de Renda e contribuição Social Diferidos Em 31 de dezembro de 2020, a administração da Companhia não efetuou a análise de recuperabilidade dos impostos diferidos oriundos dos prejuízos fiscais e bases negativas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. Como consequência, não nos foi possível concluir sobre eventuais impactos, se houver nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020. O montante de potencial ativo acumulado em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 13.188 mil, e conforme legislação vigente, o prejuízo fiscal e a base negativa não possuem prazo para serem compensados. Depreciação do Ativo Imobilizado Conforme nota explicativa n° 12 as demonstrações contábeis, a Companhia deprecia o ativo imobilizado de acordo com as taxas fiscais de depreciação, determinadas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil SRF. As práticas contábeis adotadas no Brasil requerem que a depreciação seja calculada com base em taxas que levam em conta a expectativa de vida útil dos bens. Consequentemente, não foi possível verificar a relevância dos potenciais ajustes entre a vida útil com base nas taxas que levam em conta a expectativa de vida útil e as taxas

efetivamente utilizadas. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Ênfase Transações com partes relacionadas A Companhia realiza volume significativo de transações com partes relacionadas. A nota explicativa n° 6 as demonstrações financeiras contém informações sobre essas transações, seus impactos no resultado e sobre os ativos e passivos correspondentes. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, se ele aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. 3 Outros assuntos As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins comparativos, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e a demonstração do fluxo de caixa desse exercício foram auditadas por outro auditor independente, com emissão de relatório em 15 de maio de 2020, e continhas as seguintes ressalvas de falta de constituição da reserva legal e não adoção das normas contábeis de CPC 01 (R1) - Redução do valor recuperável de ativos (ativo permanente) e CPC 06 (R2) - Arrendamentos conforme requerimentos das normas contábeis. Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômico-

Demonstração do Resultado

	31/12/2021	31/12/2020
Receita Operacional Líquida	1.389.106	991.049
Resultado com ativo biológico	(1.242)	4.563
(-) Custo de produtos vendidos	(1.203.307)	(862.965)
Lucro bruto operacional	184.557	132.647
(-) Despesas operacionais	(122.529)	(109.422)
Administrativas e gerais	(66.576)	(62.386)
Comerciais	(55.954)	(47.035)
Outras Receitas e Despesas operacionais	25.779	24.574
Lucro Líquido antes dos efeitos financeiros	87.807	47.800
Efeitos financeiros líquidos	(5.271)	10.802
Despesas financeiras	(9.795)	(7.815)
Receitas Financeiras	4.524	18.616
Lucro líquido antes da provisão do IRPJ/CSLL	82.536	58.602
(-) Provisão par IRPJ E CSLL	586	-
Lucro líquido do exercício	83.123	58.602
Lucro líquido por ação de capital	2,37	1,67

Demonstrações do Resultado Abrangente

	31/12/2021	31/12/2020
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	83.123	58.602
+/-) Outros Resultados Abrangentes	-	-
(+/-) Resultado na equivalência patrimonial	-	-
RESULTADO ABRANGENTE	83.123	58.602

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	31/12/2021	31/12/2020
PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES		
Lucro ou (Prejuízo) líquido do exercício	(83.123)	(58.602)
IRPJ/CSLL	(586)	-
Juros sobre parcelamento de impostos	(352)	(359)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(2.681)	(1.698)
Ativos biológicos	(1.242)	(4.563)
Depreciações	(13.555)	(11.046)
Amortização do direito de uso	(17.289)	-
Perda no recebimento de clientes	(93)	-
Depreciações ativo biológico	(18.505)	-
Baixa de ativos biológicos	(1.163)	-
Residual de baixa do imobilizado	(415)	(1.232)
Reversões/Pagamentos Provisões	(6.196)	(3.241)
RESULTADO LÍQUIDO AJUSTADO	(128.963)	(71.616)
DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
(Aumento) ou Redução nos ativos operacionais	(84.899)	(85.919)
Aplicações financeiras	(9.455)	(3.735)
Contas a receber	(30.289)	(3.735)
Contas a receber partes relacionadas	(14.124)	(12.984)
Estoque	(24.856)	(7.689)
Ativos biológicos	(6.981)	(16.629)
Impostos a recuperar	(29.261)	(41.542)
Adiantamentos a fornecedores	(2.156)	(3.047)
Créditos diversos	(36)	(187)
Despesas antecipadas	(305)	(103)
Depósitos judiciais	(18)	(18)
Títulos a receber	(21)	(21)
Aumento ou (Redução) nos passivos operacionais	(20.414)	(12.400)
Fornecedores	(17.354)	(7.568)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	(3.162)	(541)
Obrigações tributárias	(428)	(67)
Contas a pagar	(381)	(385)
Contas a pagar partes relacionadas	(2.193)	(5.433)
Outras provisões	(1.283)	(691)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS (APLICADO NAS) OPERAÇÕES	(64.478)	(26.703)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	(2.748)	(2.748)
Juros pagos sobre parcelamento de impostos	(723)	(1.265)
Juros pagos sobre arrendamentos (direito de uso)	-	(1.916)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS (APLICADO NAS) ATIVIDADES OPERACIONAIS	(59.091)	(30.716)
DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições de bens do imobilizado	(29.475)	(15.308)
Aquisições de bens do intangível	-	(230)
Aquisições de bens do ativo biológico	-	(41.320)
CAIXA APLICADAS NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(70.795)	(15.538)
Empréstimos e financiamentos líquidos (amortização e captação)	(11.552)	(8.209)
Pagamentos de arrendamentos (direito de uso) - principal	(14.530)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	(19.735)	(35.865)
Mútuo partes relacionadas	-	(2.249)
Impostos parcelados pagamento principal	(1.538)	(3.261)
Recuperação judicial pagamentos de principal	(691)	(634)
Recuperação judicial partes relacionadas	(25)	(10)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS (APLICADO NAS) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(14.503)	(43.063)
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA EQUIVALENTE DE CAIXA	(2.799)	(3.191)
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	(30.367)	(56.549)
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO	(33.166)	(53.358)
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA EQUIVALENTE DE CAIXA	(2.799)	(3.191)

Assinaturas

Caio Luffalla - Diretor Geral
Márcio Luffalla - Diretor Geral
Reginaldo de Oliveira Fagian - "Controller" Contador CRC nº SP 299722/O9

cas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Campinas, 20 de dezembro de 2021.

As Demonstrações Financeiras completas, acompanhadas das notas explicativas estão à disposição dos Senhores Acionistas na sede da Empresa.

